



Ouvidoria recebe solicitações de usuários



A Ouvidoria recebeu, nos primeiros seis meses de 2011, 384 manifestações de usuários, incluindo reclamações, elogios, críticas, dúvidas e outros relacionados ao atendimento à população, dos quais cerca de 90% foram resolvidos. O número de manifestações quase triplicou em relação a 2010, quando foram registradas 135 ocorrências.

Do total das manifestações dos usuários, 131 foram efetuadas por telefone, pelo sistema de chamadas gratuitas ao Telejudiciário; 106 por formulário eletrônico, disponibilizado no link da Ouvidoria na página do TJMA; 61 por e-mail; 18 diretamente para o telefone da Ouvidoria; 4 via petições; 7 encaminhadas pela Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça; 1 pela Ouvidoria do Ministério Público e 56 feitas de forma presencial. As principais demandas dos usuários referem-se à morosidade

da Justiça e dúvidas em geral.

Os dados foram apresentados na sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), do dia 20 de julho, pelo ouvidor, desembargador José Bernardo Rodrigues. Segundo ele, o aumento da demanda está ligado à divulgação e ao bom atendimento prestado no órgão.

Quanto ao fato de a morosidade ser a principal reclamação, o desembargador afirma que essa realidade é "enfrentada pelo comando do Poder Judiciário com a realização de concursos e programas de gestão, a exemplo da capacitação dos servidores que passam a se conscientizar mais do dever de cidadania, ao se comprometerem, como servidores públicos, com uma eficiente prestação de serviço".

Criada pela Resolução nº. 20/2010, a Ouvidoria foi instalada oficialmente em

novembro de 2010, no Jaracati Shopping, no espaço onde já funcionava a Casa de Justiça e Cidadania. O objetivo do órgão é transmitir transparência e eficiência aos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Para o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, a Ouvidoria já contabiliza números que justificam a sua criação. De acordo com Gedeon, o trabalho desenvolvido pelo órgão já alcança seus objetivos, com a facilitação do acesso ao cidadão às informações dos direitos que estes buscam perante o Judiciário.

"É mais um espaço que a sociedade tem para expressar seus anseios junto ao Poder Judiciário, sendo um importante mecanismo de escuta do cidadão. Tudo isso vem ajudar na melhoria dos nossos serviços, se somando à proposta de transparência e eficiência abraçada pela nossa gestão", assinalou.

SERVIÇO - O atendimento da Ouvidoria pode ser solicitado pessoalmente, na sua sede, por carta, por ligação telefônica, pelo Telejudiciário (0800-7071581) e pelo telefone do órgão (98-3221-1109), além de formulário eletrônico disponível no site do Tribunal (www.tjma.jus.br).

O atendimento funciona na Casa de Justiça e Cidadania, das 8 às 18h.

A Ouvidoria não recebe consultas, reclamações, denúncias e postulações que exijam providência ou manifestação de competência do Plenário ou da Corregedoria Geral da Justiça.

Os registros também não poderão ser anônimos.

Não serão recebidas denúncias de fatos que constituam crimes, por serem de competência do Ministério Público e das polícias.

EDITORIAL



Desde o início da nossa gestão, temos trabalhado na implementação de inúmeros projetos para a modernização do Poder Judiciário, incluindo as obras de construção e reforma, estruturando nossas unidades prediais para garantir qualidade no atendimento das demandas da sociedade e eficiência nos serviços forenses, oferecendo condições dignas de trabalho aos jurisdicionados, magistrados e servidores

Entendemos que o Poder Judiciário, na sua missão de guardião da Justiça, precisa de estrutura – principalmente na Justiça de 1º Grau – para cumprir de forma satisfatória a sua função jurisdicional.

Nesse aspecto, com a racionalização e a correta aplicação de recursos, temos obtido resultados altamente positivos, plenamente demonstrados em mais de 21 mil metros quadrados em reformas e adequações e 57 mil metros quadrados em obras de construção de sedes.

Além do esforço empreendido para melhor aparelhar a Justiça maranhense e cumprir as ações programadas no nosso plano estratégico de gestão, estamos voltados também para a implantação de outros projetos buscando dias melhores e cenários promissores para o Poder Judiciário.

Nesse sentido, estamos dando irrestrito e efetivo apoio ao projeto 'Uma sentença, uma árvore', que tem entre seus objetivos garantir o reflorestamento das áreas degradadas para minorar os impactos ambientais causados pela manutenção das atividades ordinárias do Poder Judiciário.

O projeto, que consiste no plantio de árvores em número proporcional à quantidade de sentenças prolatadas, vai estimular a prolação de sentenças em temas de importância estratégica, ampliando as ações de monitoramento interno do Judiciário.

Recebemos, com satisfação, o relatório do primeiro semestre de 2011 da Ouvidoria do Poder Judiciário.

Os números apontam que as manifestações de usuários dos serviços do Poder Judiciário quase triplicaram em relação ao ano de 2010, tornando o órgão um importante mecanismo de escuta do cidadão, o que vem ajudar na melhoria dos nossos serviços, se somando à proposta de transparência e eficiência abraçada pela nossa gestão.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Parceria com Alumar implanta projeto ambiental “Uma sentença; uma árvore”



O plantio de árvores sombra-zeiras simbolizou, no dia 25 de julho, a parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Alumar para o planejamento, a implantação, execução e acompanhamento do projeto “Uma Sentença uma Árvore”, cujo lançamento ocorrerá no dia 18 de agosto, em João Lisboa, com a presença da ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e a vice-presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, acompanhados dos juizes Márlon Reis e Douglas Martins e do advogado Francisco Rocha, estiveram na Alumar, onde conheceram a estrutura da empresa e discutiram com o diretor Nilson Ferraz o apoio do Consórcio ao projeto.

“Uma sentença, Uma árvore” foge do tradicional e é por isso que apoiamos esta iniciativa”, disse Gedeon ao fazer a apresentação oficial à Alumar.

“A proposta está alinhada com a filosofia do Consórcio Alumar. Participaremos efetivamente do processo de mapeamento das áreas da Bacia do Itapecuru, que receberão os plantios, assim como atuaremos na produção das mudas e ajudaremos no monitoramento”, garantiu Ferraz.

IMPACTOS - Para Márlon Reis, idealizador do projeto, o Conselho Nacional de Justiça já adotou política nesse sentido, visando compensar os impactos causados ao meio ambiente pelas atividades Poder Judiciário.

“A Constituição Federal confere a todos, indistintamente, o dever de promover a

defesa ambiental, e nesse universo também está o Poder Judiciário, que consome recursos ambientais como energia e papel”, avalia.

MAPEAMENTO - Com a parceria com a Alumar, serão mapeadas as áreas da Bacia do Itapecuru a serem beneficiadas pelo projeto. Outras instituições, a exemplo do Ministério Público e da OAB, também farão parte das atividades. O entendimento é de que quanto maior o número de envolvidos, melhor e mais alto será o resultado a ser atingido.

PLANTIO - Além das árvores a serem plantadas com base no número bruto de sentenças, o projeto prevê, em homenagem à pacificação e ao aspecto social, que para cada sentença de adoção de uma criança serão plantadas quatro árvores; uma conciliação extrajudicial dará origem a três árvores e a homologação de acordo judicial originará duas árvores. O plantio de mudas será feito em áreas degradadas do Estado.

A comunidade será convidada a se familiarizar com as atividades e a produtividade do Judiciário, uma vez que o plantio se dará com base na quantidade de sentenças proferidas a cada ano, número que em 2010 superou 200 mil sentenças, conforme relatório de produtividade dos magistrados do primeiro grau.

As primeiras árvores serão plantadas em pontos degradados da Região Tocantina, inserida na área de proteção da Amazônia Legal e identificados por meio de mapeamento científico.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. José Stélio Nunes Muniz
Des. Raimundo Freire Cutrim
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Desa. Raimunda Santos Bezerra
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Raimundo Nonato de Sousa
Des. Jaime Ferreira Araújo
Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo
Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,
Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Asscom/Ribamar Pinheiro



Levantamento mostra aumento de 30% na produtividade dos desembargadores em 2011



Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão julgaram 7.180 processos entre os meses de janeiro e junho deste ano, um aumento de 30% em relação ao ano de 2010, quando foram julgados, no mesmo período 5.061 processos. Ou seja, comparativamente, os desembargadores julgaram 2.119 processos a mais no período mencionado.

De acordo com informações da Diretoria Judiciária, foram proferidas 8.001 decisões colegiadas e monocráticas nos primeiros seis meses de 2011, 183 a mais que em 2010 com 7818. Nesse mesmo período, fo-

ram distribuídos 7.150 processos em 2010 e 7.243 em 2011. Enquanto em 2010 foram recebidas 22.108 petições, em 2011 esse número foi de 17.808. Dados disponibilizados pelo setor de Estatística e Publicações do Tribunal informam também que o número de movimentações realizadas pelas coordenações cíveis e criminais (isoladas e reunidas) e do plenário de janeiro de 2010 a junho de 2011 somam 362.259.

APRIMORAMENTO - O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, afirma que esses números refletem os resultados

de medidas adotadas quanto à padronização de rotinas, agilidade nos fluxos, desburocratização do serviço e a estipulação de metas de produtividade, que ajudaram no aprimoramento do serviço, e, conseqüentemente, no atendimento da demanda.

“A capacitação do pessoal, com o oferecimento de cursos, sempre que possível, também contribuem para o melhoramento dos serviços da justiça estadual”, frisou.

No primeiro semestre de 2010 foram publicados 5.032 acórdãos e decisões, número superior ao registrado em 2010 com 4.924. O número de processos baixados, em 2011, atingiu a marca de 10.719. No período, foram protocolados mais de 15 mil documentos judiciais no Tribunal, entre petições iniciais e intermediárias.

TRABALHO INTENSIVO - Num esforço conjunto de 50 servidores da coordenação cível do Tribunal em dois finais de semana do mês de junho foram baixados (arquivados) 1.969 processos, ou seja, eles tiveram todos os seus tramites processuais e administrativos concluídos.

Em maio, foi a coordenadoria de protocolo e atuação que intensificou os trabalhos e usou um final de semana para por em dia a unidade, uma vez que a demanda superou o esperado, dado ainda ao número de licen-

ças e de feriados durante o mês.

EVOLUÇÃO - A evolução na produtividade vem ocorrendo desde 2010, quando foi registrado um aumento de 18% em relação a 2009. Em 2010 foram julgados 13.063 processos e 11.089 em 2009.

Dados comparativos entre os dois exercícios indicaram também um aumento de 27% da demanda em 2010, chegando a 15.531 o número de processos distribuídos, ou seja, 3.034 a mais que em 2009, quando houve a distribuição de 12.191 processos.

Em 2010, na Justiça de 2º grau, foram proferidas 10.018 decisões colegiadas e 3036 monocráticas. Houve o registro de 18.32 processos baixados para cartórios e arquivados. Para as instâncias superiores foram remetidos 2.938 processos.

Foram despachados 4.722 processos pela assessoria jurídica especial da presidência em 2010, 345 a mais que em 2009, ano em que foram despachados 4.377 processos, incluindo recurso especial, recurso extraordinário, ação cautelar, embargos de declaração, embargos de execução, agravo regimental, agravo de instrumento, mandado de segurança, precatórios, entre outros. Em 2011, esse número já atingiu a marca de 4.679, só nestes primeiros meses.

Comarca de Imperatriz terá primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

A Região Tocantina receberá o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Judiciário maranhense. A inauguração será no dia 18 de agosto, na comarca de Imperatriz, com as presenças do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e da corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon.

ORIENTAÇÃO - Com previsão para ser instalado em todas as comarcas do Estado, o Centro prestará orientação aos cidadãos e atenderá a juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e de família, realizando audiências de conciliação e mediação. Em Imperatriz, o Centro vai funcionar na Fundação Educação Santa Terezinha (FEST) que disponibilizou o equipamento adequado e salas para a realização de atendimento ao público e audiências.

RESOLUÇÃO - Para pensar todo o pro-

cesso de instalação e atuação dos Centros, o TJMA criou o “Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos”, aprovado pelo Pleno do Tribunal em conformidade com a Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Judiciário.

COMPOSIÇÃO - O núcleo é presidido pelo desembargador Lourival Serejo, e conta ainda em sua composição com o desembargador Paulo Velten; a juíza Sonia Amaral (auxiliar da presidência); o juiz Nelson Melo (titular da Vara da Mulher) e a servidora Joseane Fonseca.

“Vamos cumprir as diretrizes atribuídas pela resolução do CNJ, pois os núcleos fazem parte de uma política de conciliação que deve ser incentivada pelo Judiciário em todo o Maranhão e que visa evitar o assobramento de processos na Justiça” ressal-

ta o desembargador.

Ele antecipa que futuramente as causas ajuizadas podem ser remetidas aos Centros, por se tratar de um meio alternativo de solução de conflitos mais simples.

“Todas as sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nestes centros,” explica.

Além de desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, são atribuições do núcleo planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas; instalar centros judiciários que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos.

CENTROS - Outros centros estão previstos para serem instalados em Balsas e São Luís, no antigo prédio da Assembléia Legislativa com o apoio e acompanhamen-

to do CNJ, que auxiliará na organização dos trabalhos e na efetivação de parcerias com entidades públicas e privadas para ações que venham a auxiliar a conciliação de processos.

A equipe de conciliadores e mediadores do Centro Judiciário de Imperatriz será composta por cerca de 20 estudantes do curso de Direito e de Serviço Social.

Todos aqueles que irão atuar nos Centros deverão cursar módulos sucessivos e complementares, que correspondem a diferentes níveis de capacitação.

CONCILIAÇÃO - É uma forma inteligente de resolver conflitos interpessoais porque a solução é encontrada com a atuação positiva das partes e projeta seus efeitos para o futuro. É uma fase pré-processual de acordo, evitando que haja a judicialização do litígio. Além desses aspectos, a conciliação possibilita a rapidez e a economia de tempo e dinheiro para pôr fim ao litígio.



Pleno regulamenta cargos em comissão

Na sessão plenária administrativa do dia 20 de julho os desembargadores aprovaram Resolução que regulamenta a distribuição dos cargos comissionados do quadro de pessoal do Poder Judiciário para o Núcleo de Apoio à Justiça de 1º Grau – criado pela Resolução nº 25/2009.

A Resolução segue recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referente à distribuição dos cargos em comissão de secretário de administração, assistente de informação, assessor de administração e assistente de administração às unidades jurisdicionais da comarca de São Luís, incluindo a diretoria do Fórum da capital, além da Corregedoria Geral da Justiça.

A proposta apresentada pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, foi aprovada pela Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos.

Conforme a decisão, a indicação para os cargos comissionados caberá ao respectivo juiz titular. A Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Na mesma sessão foi aprovada a criação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Reunião discute situação de presos provisórios

A avaliação da situação dos presos provisórios foi o principal assunto de uma reunião realizada na segunda quinzena de julho entre o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, o coordenador do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Fróz Sobrinho, e o secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, que entregou, na ocasião, um relatório contextualizado da atual situação prisional do Estado.

De acordo com dados apresentados na reunião – referentes ao período de fevereiro a julho de 2011 – a Defensoria Pública ingressou com 2.269 pedidos junto ao Judiciário maranhense para unificação de penas,

livramento condicional, progressão de regime, transferência de unidade, indulto, entre outros procedimentos judiciais.

Gedeon explicou, no entanto, que os números apresentados representam apenas o que foi pedido, não havendo nada que aponte ineficácia da Justiça em relação aos pleitos, vez que tem sido constante o esforço do Judiciário no sentido de melhorar e humanizar o sistema carcerário no Estado, sendo necessário verificar caso a caso para se saber, com exatidão, em que fase está o trâmite do pedido.

“Há dois anos o Tribunal passou a ser o polo ativo quanto às ações que contemplem os encarcerados. Temos criados mais varas de Execução Penal, implantamos o Núcleo de Advocacia Voluntária, realizamos muti-

rões e até mudamos a legislação para responsabilizar o juiz da comarca onde o preso está pela aplicação da pena”, ressaltou Gedeon.

Um ofício-circular foi encaminhado no dia 18 de julho a todos os juizes. No documento, os desembargadores Jamil Gedeon e Fróz Sobrinho solicitam que os magistrados reexaminem, no prazo máximo de 30 dias, a necessidade ou não da conversão das prisões nos processos referentes aos presos provisórios, atendendo à nova legislação em vigor acerca da questão (Lei n.º 12.403/11).

“O trabalho desenvolvido no Maranhão quanto à situação carcerária é um exemplo para o restante do país, e isso é reconhecido. Nós não tínhamos nenhum diagnóstico da situação carcerária do Estado e hoje a realidade é totalmente diferente. Para se ter uma ideia, temos um mapeamento completo de todos os casos envolvendo homens e mulheres que cumprem penas nos regimes aberto e semiaberto”, frisou Sobrinho.

Para Tamer, essa aproximação dos Poderes e de órgãos como a Defensoria Pública, OAB e o Ministério Público é muito importante, pois integra as atividades, tornando o sistema mais organizado. “A partir do momento em que a situação de presos provisórios é resolvida – com a soltura ou condenação – o sistema carcerário desafoga e projetos de ressocialização passam a ser plenamente implantados”, declarou.



Judiciário apoia campanha de redução de ações judiciais para pagamento do DPVAT

Em reunião com os diretores da Seguradora Líder (administradora do seguro DPVAT em todo o país), Marcelo Davoli e Ricardo Acatauassu, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, declarou apoio à campanha lançada pela empresa para reduzir o número de ações judiciais de pagamento do seguro no Maranhão. O Estado ocupa o 2º lugar na abertura de processos na Justiça para recebimento da indenização, perdendo apenas para São Paulo.

De acordo com o relatório estatístico da seguradora, 1.284 novas ações são registradas nos juizados especiais do Maranhão por mês solicitando a indenização. O número corresponde a 10% do total de processos do tipo em todo o Brasil. “Um procedimento desnecessário, na maioria das vezes, já que o pagamento pode ser solicitado pela via administrativa, diretamente com a segu-

radora, sem a interferência de terceiros. É rápido e seguro”, orientam os diretores.

A partir de agora, por determinação da empresa, as agências dos Correios passarão a receber os pedidos de indenização pagos pelo seguro DPVAT – que ampara as vítimas de acidentes com veículos em todo território nacional. As orientações também estarão disponíveis no site www.dpvatseguro.com.br. Nem sempre há necessidade de intermediários, pode ser feito diretamente em qualquer uma das 71 nas seguradoras consorciadas, evitando-se custos.

A coordenadora dos juizados especiais, juíza Francisca Galiza, ressaltou que o grande número de ações registradas é gerado pelo desconhecimento que a população tem sobre a forma de requerer o pagamento do seguro. “Isso sobrecarrega o Judiciário, mas não podemos negar a abertura do processo”, disse.

Os diretores solicitaram apoio do tribunal no sentido de mobilizar os magistrados para a questão. A empresa se dispôs a fazer uma divulgação junto à população, realizar pautas de conciliação de ações de DPVAT e ainda promover audiências concentradas. Foi sugerido que, no momento da abertura

de uma ação, a seguradora Líder também fosse notificada para conhecimento do fato. Participaram da reunião a vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a chefe de gabinete da presidência, Bruna Barbieri e o juiz-auxiliar da Corregedoria, Kleber Costa.



Tribunal conclui serviços de construção e reforma do fóruns

Com a presença da corregedora nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, será inaugurada no dia 18 de agosto o novo Fórum da comarca de João Lisboa. O TJMA investiu cerca de R\$ 1.280.000,00 na obra, que tem cerca de 860 m² distribuídos em duas varas, um juizado, tribunal do júri e estacionamento, com acesso facilitado para portadores de necessidades especiais.

Este ano, já são mais de 21 mil metros quadrados em reformas e adequações e 57 mil metros quadrados em obras de construção de sedes. Além de João Lisboa e do fórum da capital, estão em construção os novos fóruns das comarcas de Alto Parnaíba, Caxias, Loreto, Mirador, Mirinzal, Santa Inês e Mateus, além dos salões do Júri de Estreito e Carolina, que receberam novas sedes em 2010.

BACABAL - O Tribunal de Justiça do Maranhão concluiu, em julho, a reforma do Fórum e do Juizado Especial da Comarca de Bacabal. Instaladas em prédio próprio, localizado na Rua Manoel Alves de Abreu, s/nº, no Centro, as unidades passam a funcionar com nova estrutura, dotada de recepção, secretárias, gabinetes dos juizes, salas de audiência, sala dos oficiais de justiça e salão de júri.

As obras foram priorizadas pela atual gestão e fazem parte do projeto de dotar de condições adequadas as varas judiciais e juzizados especiais. Na área de aproximadamente 1.700 m² foi realizada a revisão do telhado, colocação de revestimentos cerâmico na recepção e circulações, troca de portas e fechaduras, colocação de grades de proteção, revisão da rede elétrica, lógica e hidro-sanitária, pintura geral e outros serviços de engenharia que garantem o funcionamento adequado tanto do Fórum quanto do Juizado.

O investimento na reforma foi de cerca de R\$ 299 mil, aplicados por meio de contrato de prestação de serviço (Nº 166/2010), destinados ao Polo Judicial de Santa Inês, durante o período de abril a junho de 2011.

COROATÁ - Foi concluída também em julho a reforma e a adequação do fórum de Coroatá, comarca de entrância intermediária, situada a 272 km de São Luís. A unidade foi totalmente adaptada, seguindo padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário em todo o Estado.

O Fórum passou por serviços de reparação do telhado; reforma de banheiros; colocação de rufos e pingadeiras; instalação de novos pontos de eletricidade, lógica e telefonia; substituição de luminárias e de parte do forro.

Também foi realizada pintura interna e externa; substituição de parte do piso; abertura de vãos para portas, aterro e compactação para pavimentação na área de estacionamento.

A laje do fórum foi impermeabilizada e os corredores revestidos com cerâmica. De acordo com a chefe da Divisão de Obras e Serviços, Tyara Oliveira, toda a estrutura do prédio também recebeu reforço. A estrutura do imóvel, com 541,28 m² de área construída, está situada em terreno de 1.415,30 m².

Os investimentos para a reforma do fórum totalizaram R\$ 303.611,08 oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), que se destina a melhorar a infraestrutura da Justiça estadual. A empresa Torquato Fernandes foi a responsável pela obra.

CANTANHEDE - Dando continuidade ao programa de revitalização das instalações prediais no âmbito do Judiciário estadual, o TJ concluiu ainda em julho a reforma do fórum da comarca de Cantanhede, que tem uma área construída de 371,40m² e dispõe de gabinete do juiz, assessoria, sala de audi-

SANTA LUZIA DO PARUÁ - Por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, o TJMA abriu processo licitatório na modalidade concorrência, tipo menor preço, no regime de empreitada por preço global, visando a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção do fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá, de entrância intermediária, distante 399 km de São Luís.

O prédio terá 350m² e será construído num terreno de aproximadamente 1.400m², doado pelo município, incluindo o gabinete do juiz, salas de audiência, recepção, oficiais de justiça, secretaria e arquivo. O projeto prevê, também, a possibilidade de ampliação de varas e construção do salão de júri, entre outros. O estacionamento público do fórum terá rampa para facilitar acessibilidade de pessoas com deficiência.

A empresa a ser licitada para a realização da obra seguirá o padrão arquitetônico que vem sendo adotado pelo Judiciário na construção de outras unidades jurisdicionais no Estado. A licitação será realizada no dia 19 de agosto, às 9h30, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua Joaquim Távora (Nazaré), 173, Altos – Centro – São Luís/MA.

TIMBIRAS - Licitação também na modalidade concorrência, tipo menor preço, no regime de empreitada por preço global, foi aberta pela Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão, para contratação de empresas especializadas em obras e serviços de engenharia para a construção do fórum da comarca de Timbiras, de entrância inicial, a 309 km da capital.

O valor estimado da obra – com previsão de início para 5 de setembro e com prazo de entrega para 150 dias – é de cerca de R\$ 945 mil. O terreno para a construção do novo fórum na comarca de Timbiras tem mais de 3.000m², sendo que a área construída ocupará um espaço de 454,82 m². A área de urbanização ocupará aproximadamente 320m², com estacionamento próprio.

SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO - Quem também ganhará novo fórum é a comarca de São Francisco do Maranhão. A nova unidade predial abrigará uma vara e será construída em terreno de 2.200 metros quadrados, com área construída de 454m² e área livre de 318m², contando com vagas de estacionamento.



Fórum de Coroatá

ência e recepção, dentre outros.

Entre os serviços realizados na reforma estão a recuperação do telhado e de todo o reboco interno e externo; substituição de esquadrias de madeiras; troca de louças, metais sanitários e piso, além da revisão das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, aparelhos de ar-condicionado e telefonia.

A adequação dos espaços para melhor atendimento do público e garantir a segurança dos servidores estão também entre as melhorias feitas no local. Os serviços foram realizados por meio de contrato de Prestação de Serviço.

ESPERANTINÓPLIS - O fórum da comarca de Esperantinópolis foi contemplado também com os serviços de manutenção predial corretivos.

O imóvel, que é próprio e possui área construída de 299,14 m², tem secretaria, gabinete do juiz, sala de audiência, de oficiais de justiça, recepção, salão de júri, além de alojamento do juiz.

Foram executados diversos serviços de engenharia no prédio, incluindo revisão do telhado, colocação de revestimento cerâmico na recepção e circulações, colocação de grades de proteção, revisão da rede elétrica, lógica e hidro-sanitária – com troca de acessórios –, pintura geral e construção de rampa de acesso na entrada para portadores de necessidades especiais.

Os serviços foram realizados por meio de Contrato de Prestação de Serviço (nº 166/2010 – Lote - 04 - Pólo Santa Inês) entre os meses de maio e junho deste ano. O valor do investimento foi de R\$ 52.895,95.



Fórum de Bacabal



Virtualização de processos é o maior desafio da 2ª Vara de Execuções Penais

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Fernando Mendonça, recebeu, em julho, a visita da diretora geral do Tribunal de Justiça, Alessandra Darub, a quem foi apresentada a equipe de trabalho e a estrutura atual daquela unidade.

Mendonça apontou que entre os principais desafios enfrentados no momento estão a virtualização de cerca de 418 processos e o término do cálculo de penas – que demandam muito tempo e disponibilidade de pessoal trabalhando especificamente na área.

Além de mais oito servidores – incluindo três analistas (um da área de Direito, um psicólogo e um assistente social) – Mendonça disse que a vara precisa, com urgência, de 10 estagiários e a disponibilidade de um veículo exclusivo para o cumprimento de diligências.

Segundo o magistrado, a ideia é fortalecer a rede social contra a violência, aumentando o número de convênios com entidades importantes e qualificando os prestadores de serviço.

“Só este ano, já conseguimos encaminhar 49 reeducandos ao mercado de trabalho, mas precisamos de assessoria técnica para que possamos atuar de forma mais estratégica, buscando alcançar melhores resultados em nossas ações”, salientou o juiz.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - A diretora geral do TJMA, Alessandra Darub, explicou que, quanto aos servidores, a questão depende de prioridades, pois não é só a 2ª VEP que precisa aumentar o quadro de pessoal. Ela disse, porém, que em relação aos estagiários, providências nesse sentido já estão sendo tomadas pelo setor de Recursos Humanos do Tribunal. Quanto ao veículo, a diretora falou que o pleito é válido se que verificaria junto à Presidência do TJ possibilidade do pedido ser atendido.

No que diz respeito ao planejamento estratégico, ela lembrou que há um Núcleo que trata da questão dentro do Tribunal e que fará a intermediação para que os serviços de assessoria sejam efetivados. Ela ressaltou, no entanto, que é importante que todas as necessidades da vara sejam oficializadas junto à Presidência do TJMA.

COMPETÊNCIA - Segundo o Código de Divisão e Organização Judiciária, a 2ª VEP é responsável pelos processos de presos que cumprem o regime aberto, as penas e medidas alternativas; além de fiscalizar e decidir sobre os incidentes do livramento e indultos condicionais, correições em estabelecimentos prisionais para presos provisórios e do regime aberto e ainda apreciação de habeas corpus.

Presidente do TJMA concede benefícios aos magistrados

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon – com base na Resolução nº 133/2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – determinou a adoção de providências para a concessão de verbas e vantagens aos magistrados com atuação no Estado, conforme prevê a Lei Complementar nº 75/1993 e a Lei nº 8.625/1993

Além do auxílio-alimentação, incluem-se entre as verbas e vantagens a ajuda de custo para serviço fora da sede de exercício, licença não remunerada para o tratamento de assuntos particulares, licença remunerada para participação em cursos fora do país, licença para representação de classe – até três por entidade – para membros da diretoria e indenização de férias não gozadas, por absoluta necessidade de serviço, após o

acúmulo de dois períodos.

DOTAÇÃO - As verbas para o pagamento das prestações pecuniárias correrão por conta da dotação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A concessão do auxílio-alimentação e da ajuda de custo para serviço fora da sede de exercício deverá ocorrer a partir do mês de agosto. Os demais benefícios já podem ser pleiteados pelos magistrados.

A Resolução que estabeleceu os benefícios aos magistrados tem respaldo na Constituição Federal, que prevê que os membros da Magistratura devem ter o mesmo tratamento garantido aos integrantes do Ministério Público.

O auxílio-alimentação já é concedido para todos os servidores do Poder Judiciário.

Juiz do CNJ visita projetos de cidadania no Maranhão



O juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fabrício Dornas Carata, elogiou o trabalho desenvolvido pelo Tribunal junto à Casa da Justiça e Cidadania e à Ouvidoria, que funcionam no Shopping Jaracaty, em São Luís, capital do Estado, em espaços bastante satisfatórios.

Carata foi recebido pelo desembargador Jamil Gedeon, que demonstrou o compromisso da atual administração do Tribunal em aproximar o Judiciário do cidadão. “Apoiamos e visamos ampliar os serviços prestados pela Justiça maranhense, sempre aprimorando, em busca dessa proximidade”, frisou Gedeon.

O juiz também conheceu a divulgação que o Judiciário faz em torno da cidadania ao visualizar material produzido pela Assessoria de Comunicação da Presidência que inclui matérias jornalísticas publicadas em jornais, sites; entrevistas especiais, confecção de banners, vídeos institucionais, panfletos e outdoors.

No Shopping Jaracaty, os desembargadores Bernardo Rodrigues (Ouvidor) e Fróz Sobrinho mostraram as instalações, destacando a forma como o trabalho é desenvolvido pelos servidores do Judiciário que

prestam atendimento naqueles órgãos.

A ideia é tornar o serviço prestado pela Ouvidoria o carro-chefe da Casa da Justiça e Cidadania do Maranhão, pois, no caso específico, é essa a principal necessidade.

O desembargador José Bernardo aproveitou para entregar ao juiz um relatório de atividades da Ouvidoria e sugerir “que cargos sejam criados e o sistema da Ouvidoria do CNJ seja disponibilizado para a Ouvidoria do Maranhão”.

Com isso, os dados estarão padronizados, podendo ser inseridos e monitorados.

O desembargador disponibilizou, inclusive, espaço na Ouvidoria para que seja praticada a solução de conflitos através da conciliação

“Observa-se que muitos serviços são disponibilizados no espaço, que é amplo e acessível”, disse Carata ao conhecer as estruturas da Ouvidoria e Casa da Justiça e Cidadania.

São Luís foi a terceira capital a receber a visita do juiz Fabrício Dornas Caratas, que trabalha na elaboração de um relatório geral sobre a realidade de Ouvidorias e Casas da Justiça e Cidadania em funcionamento no país.

Sistema de Distribuição Processual será modernizado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, e a vice-presidente, desembargadora Cleonice Freire reuniram-se com o professor doutor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ricardo Felipe Custódio, para discutir a modernização do sistema de distribuição do tribunal.

A previsão é de que as mudanças no sistema sejam efetivadas ainda este ano.

Custódio visitou as instalações do Tribu-

nal para conhecer o sistema atualmente em funcionamento.

Ele integra o Laboratório de Segurança em Computação da UFSC, que também já modernizou sistemas dos Tribunais de Justiça de São Paulo (TJSP) e de Santa Catarina (TJSC), entre outros.

Participaram, ainda, da reunião, o juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, e o diretor de Informático, Paulo Rocha Neto.

Parceria do Judiciário com a Defensoria Pública do Estado beneficia apenados



O coordenador Nacional do Sistema Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Judiciário, desembargador Froz Sobrinho, e o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, assinaram, em julho, dois termos de cooperação técnica, durante a abertura da I Semana de Execução Penal do Maranhão, realizada na sede da Defensoria Pública do Estado.

O primeiro é voltado a favorecer o ingresso dos detentos dos regimes aberto e livramento condicional no mercado de trabalho, na perspectiva de sua reintegração social. O segundo visa à capacitação dos profissionais que atuam em estabelecimentos prisionais, bem como o ingresso dos apenados do regime fechado e semiaberto no mercado de trabalho.

De acordo com termos de cooperação, cabe ao Judiciário, por intermédio do Programa Começar de Novo, providenciar a inserção dos apenados no mercado de trabalho, bem como em cursos profissionalizantes, dando o devido acompanhamento durante o exercício da atividade profissional.

O TJMA disponibilizará à equipe técnica multidisciplinar da Defensoria Pública os instrumentais padronizados para que as

entrevistas com apenados seja feitas de maneira uniforme.

Serão disponibilizados também senhas ao software do Programa Começar de Novo, possibilitando o acompanhamento dos procedimentos por parte da Defensoria Pública.

EXECUÇÃO – Durante a assinatura dos termos, o desembargador Fróz afirmou que o Poder Judiciário tem se empenhado para viabilizar soluções na área da execução penal por meio de mutirões e tem preparado os magistrados para o enfrentamento da questão, inclusive com a criação do Núcleo de Advocacia Voluntária e do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário.

“O Judiciário do Maranhão hoje é referência nacional com relação ao direito dos presos. Temos uma gestão comum de todos para que o preso possa cumprir sua pena voltada nos princípios fundamentais da pessoa humana, que estão na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal”, ressaltou. Já o juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, disse que o encontro faz parte de toda uma estratégia para que a sociedade perceba que ela também é parte disso tudo.

“A construção de uma cultura de paz exige a participação de todo mundo”, frisou.

Equipamentos doados pelo CNJ reforçam informatização do Judiciário

O Tribunal de Justiça recebeu um reforço do Conselho Nacional de Justiça para o projeto de informatização da Justiça estadual. O CNJ doou 909 computadores, igual quantidade de nobreaks e mais 222 scanners, que serão destinados aos fóruns e juzizados do Estado.

A doação foi comunicada ao presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, pela corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon.

Para o desembargador, a doação dos equipamentos vai auxiliar o TJMA na estruturação das comarcas, dando melhor um suporte técnico aos órgãos judiciais no Estado.

“Grande parte do nosso acervo na área de informática será renovado com esta importante doação, que trará melhorias

significativas à dinâmica de trabalho do Judiciário, que investe cada vez mais na infraestrutura de tecnologia”, completou o presidente.

MELHORIAS - Os novos equipamentos serão úteis no desempenho dos sistemas desenvolvidos pelo tribunal e darão mais agilidade na transmissão de dados, melhorando a qualidade dos serviços forenses.

Os computadores já foram entregues ao TJ. Os outros equipamentos – nobreaks e scanners – chegarão em agosto, conforme informações do coordenador de material e patrimônio, Aristeu Júnior.

A distribuição aos juízes deve começar com a finalização da entrega dos equipamentos pelo CNJ.

Tribunal cobra a Oi instalação de links em comarcas do interior

A diretora geral do TJMA, Alessandra Darub, solicitou à operadora Oi o cumprimento urgente dos prazos estabelecidos para instalação de links em diversas comarcas do Estado, dando prioridade a implantação e troca dos equipamentos nas comarcas de Açailândia, São Pedro da Água Branca e João Lisboa, cujos serviços podem ficar comprometidos se os links não forem instalados em tempo hábil.

Foi destacado, na oportunidade, a burocracia e a demora no serviço de atendimento prestado pela operadora no Estado.

Outra cobrança foi referente à comarca de Morros, onde os trabalhos forenses vêm sofrendo prejuízos, vez que uma solicitação para instalação de um link formalizada em novembro de 2010, até o momento não foi atendida.

Para resolver todas as pendências causadas pelos problemas operacionais e técnicos da Oi que estão dificultando o atendimento das demandas do Judiciário, foi acordado, no encontro, a realização de reuniões de alinhamento sobre as instalações pendentes e outras solicitações.





Juiz constata condições precárias em unidades prisionais

Péssimas condições de saúde, deficiências físicas no prédio e várias irregularidades no cumprimento da pena foram os principais problemas encontrados pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas Melo Martins, durante inspeção realizada no final de julho na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) do Anil.

A situação é grave e semelhante à verificada em outras unidades prisionais já inspecionadas pelo magistrado.

No local existem até 100 vagas, mas estão abrigadas hoje aproximadamente 128 pessoas. A enfermaria do presídio funciona em condições precárias, que impedem a realização de um melhor atendimento naquela unidade prisional. Os presos estão amontoados em condições degradantes de saúde, em celas escuras, sem ventilação ou local para dormir, sem sanitários, evidenciando a falta de condições de abrigo e salubridade da CPPJ.

Durante a inspeção, o juiz Douglas Melo Martins conversou com o diretor da CPPJ, Rubens Ferreira Alves, registrou reclamações e colheu informações sobre celas, enfermarias, refeitório, áreas de banho, local de visita íntima, demais áreas de convívio dos presos, além de as condições operacionais e de atendimento aos apenados.

“Estamos com a relação de todos os presos dessa unidade, e os que tiverem mais de 60 dias sem audiência ou com processos com mais de 90 dias sem julgamento serão encaminhados aos respectivos juizes para conhecimento”, ressaltou Douglas Melo Martins, acrescentando que “após a conclusão da reforma, vai manter a unidade sempre com a quantidade inferior a 100 presos para evitar superlotação no local”. O magistrado vistoriou todas as celas e demais áreas de convívio dos presos, anotou as condições de encarceramento e conversou com os detentos sobre a situação penal de cada um.

As inspeções, cuja metodologia consiste na averiguação, in loco, da situação de unidades prisionais, tem como objetivo a coleta de informações e a adoção das providências para o adequado funcionamento das mesmas, tendo em vista o cumprimento da Lei de Execuções Penais.

SUPERLOTAÇÃO - Douglas de Melo Martins, inspecionou também no mês de julho duas das unidades prisionais destinadas a presos provisórios na Capital. No Centro de Detenção Provisória (CDP), encontrou uma situação extrema de superlotação.

Apesar da capacidade projetada para 102 presos, o CDP está acomodando atual-

mente 653 presos provisórios.

Foram registradas várias reclamações de atrasos de processos, bem como a falta de envio das guias de recolhimento, principalmente dos presos do interior, o que vem dificultando a transferência dos mesmos para as unidades de presos definitivos. Além disso, a unidade não possui prestação de assistência à saúde, nem local adequado para visita íntima.

Já na CCPJ-Pedrinhas, unidade administrada por Auro Asterio Azevedo Pereira, a capacidade é para 160 presos e está com 315. As condições dos estabelecimentos são péssimas. Falta assistência à saúde, jurídica e material. Nem mesmo enfermaria a unidade possui.

Os presos reclamaram da alimentação precária, falta de água, bebedouros, colchões e higiene no local, de fornecimento de kits de higiene e limpeza.



O tratamento médico está prejudicado pela falta de profissionais e equipamentos e combustível para viaturas.

Constatou-se ainda a mistura de presos sadios e presos com suspeita de tuberculose e outras doenças contagiosas.

Os presos estavam em greve de fome suspensa. Depois da inspeção e negociações com o secretário adjunto de administração penitenciária, Bispo Serejo. O Tribunal de Justiça do Maranhão já pediu providências a todos os juizes criminais do Estado para a revisão dos processos.

Núcleo de Planejamento Estratégico realiza encontros para acompanhar metas de produtividade



O Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) do Judiciário maranhense realizou, durante o mês de julho, uma série de reuniões para acompanhamento das metas de produtividade da Justiça de 1º grau.

Os encontros, com o objetivo de apresentar os parâmetros e fórmulas adotados para a medição da produção, ocorreram nos

sete polos do Estado.

Realizadas nas comarcas-sede de cada polo judicial, as reuniões foram direcionadas aos secretários judiciais da Justiça de 1º grau, contemplando as comarcas do interior e da região metropolitana de São Luís.

Os trabalhos foram conduzidos pela coordenadora do NPE, juíza Sônia Amaral, que

falou sobre o mapa estratégico e perspectivas do planejamento.

A coordenadora destacou que as reuniões são fundamentais para o monitoramento do programa de metas por produtividade do Judiciário estadual, contribuindo, assim, para que as unidades alcancem seus objetivos.

METODOLOGIA - Também participaram dos encontros a analista do NPE, Katy Moraes, que deu explicações da metodologia e fórmula utilizadas para a medição da produtividade das unidades, e a supervisora da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, Djanne Soares, que esclareceu questões referentes à extração de dados dos sistemas utilizados para elaboração dos relatórios.

A juíza Sônia Amaral reforçou a necessidade da atualização dos sistemas de informações, vez que é com base desses dados que a produtividade é medida.

“Os gestores precisam estar atentos para o correto preenchimento dos sistemas. Para

que haja total lisura no processo, todas as informações são extraídas dos sistemas e, assim, mensurada a produtividade de cada unidade”, explicou a juíza.

A fim de que as unidades possam acompanhar seus desempenhos, após as reuniões foram encaminhados, por e-mail, a cada uma delas os resultados parciais da sua produtividade, a fim de que possam monitorar seu rendimento.

ESTÍMULO - Como objetivo de cada unidade é atingir as metas, Sônia Amaral acredita que o programa estimula a busca por melhores práticas de gestão nas unidades.

Isso tem reflexo direto na melhoria dos serviços, que passam a ser prestados com mais rapidez e eficiência à população.

O Gratificação por Produtividade faz parte de um programa inserido no planejamento estratégico que visa dar celeridade aos serviços da Justiça prestados ao cidadão; além disso, busca premiar os servidores das unidades vencedoras como forma de reconhecimento dos esforços empreendidos.